

COOPERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PANORAMA DA COOPERAÇÃO ECUMÊNICA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS

COOPERATION AND TRANSFORMATION: REFLECTIONS ON THE PANORAMA
OF ECUMENICAL COOPERATION AS AN AFFIRMATION TOOL AND PROMOTION
OF RIGHTS

Darli Alves de Souza¹

Resumo: O presente trabalho visa destacar a importância da cooperação ecumênica na afirmação e promoção de direitos. A delimitação utilizada é entre 1994 e 2013, na América Latina. Por esta cooperação se entende a colaboração de Igrejas e Agências Ecumênicas de fomento de recursos - humanos e financeiros - principalmente da Europa e Estados Unidos por meio de várias articulações e programas com suas contrapartes na América Latina, mais especificamente no Brasil. Esta cooperação desde os primórdios viabilizou parte importante da ação do movimento ecumênico. Primeiro será traçado um breve itinerário sobre a trajetória da cooperação ecumênica começando com suas ênfases e características. Posteriormente se apresenta uma tipificação da cooperação ecumênica segundo suas especificidades de atuação, sua origem e composição de seus fundos. Feito isso, busca-se evidenciar a importância desta cooperação como ferramenta de inclusão na perspectiva dos DHESCA's. Por último se apresenta exemplos práticos da ação ecumênica explicitando a sua importância.

Palavras-chave: Movimento Ecumênico, Cooperação Ecumênica, Inclusão.

Abstract: This paper aims to highlight the importance of ecumenical cooperation in the defense and promotion of rights. The definition used is between 1994 and 2013 in Latin America. For this cooperation means the cooperation of churches and agencies resource fostering ecumenical - human and financial - mainly from Europe and the United States through various joint programs and with their counterparts in Latin America, specifically in Brazil. This cooperation since the beginning enabled important part of the ecumenical movement action. First is drawn a short journey on the path of ecumenical cooperation starting with its emphases and features. Subsequently it presents a classification of ecumenical cooperation according to their specificities of work, its origin and composition of its funds. That done, it seeks to highlight the importance of cooperation and inclusion tool from the perspective of ESCEHR's. Finally it presents practical examples of ecumenical action explaining its importance.

Keywords: Ecumenical Movement, Ecumenical Cooperation, inclusion.

¹ Doutorando em Ciência da Religião (PUCSP), Mestre em Ciências da Religião (UMESP). Bolsista da Fundação Mary Harriet Speers, darlinet@gmail.com

Introdução

Para iniciar, é importante apontar o porquê da escolha do tema. O principal objetivo é destacar a relevância do apoio e atuação da cooperação ecumênica na América Latina durante ao longo dos séculos XX e XXI. Ela é fundamental para o processo de afirmação, promoção e defesa de direitos. Analisar sua participação e influência na atuação e nas diretrizes, bem como nos elementos aglutinadores de delineamento do movimento ecumênico. Em outras palavras, é necessário entender a relação entre o movimento ecumênico e a cooperação ecumênica para se compreender a ação e articulação ecumênica, pois é parte de seu *modus vivendi e operandi*, desde o princípio de sua existência. Entender a ajuda das agências ecumênicas traz luzes e pistas para entender as ênfases, fases e trajetória do ecumenismo latino-americano, o qual é influenciado por esta relação. A cooperação ecumênica é o principal e mais forte combustível para alimentar todo o debate, produção reflexiva e atuação do movimento ecumênico. Talvez sem este apoio, o movimento ecumênico não teria o mesmo protagonismo e/ou teria outros contornos e trajetória. Portanto tratar desta temática é conhecer um elemento chave de constituição e desenvolvimento do movimento ecumênico latino-americano.

O outro elemento a ser explicitado para especificar mais é o foco em direitos, pois desde o princípio eles estão, de uma maneira ou de outra, presentes nessa relação, mesmo quando o foco desta cooperação, no início do século XX era fortemente marcado pelo projeto missionário-evangelístico de implantação do protestantismo no combate ao monopólio religioso (SOUZA, 2002). Aqui se pode constatar, ainda que a propaganda evangélica, ou em outras interpretações, o proselitismo, a preocupação com direitos, quais sejam: liberdade religiosa e acesso à educação, pois geralmente ao lado da construção de um templo protestante era erguida uma escola. Há outros elementos implicados nesta lógica, como por exemplo, o fato de que o cristianismo, principalmente o protestante, pelo princípio reformado do livre exame das escrituras sagradas, o processo educacional é fundamental para entender suas doutrinas e proposta (COTO, 1997, p.25). Porém, não é o objetivo deste texto debater e analisar esta questão, é apenas uma menção para melhor situar o contexto do objeto em análise.

Diante da constatação de que por vezes não se compreende bem ou se confunde os conceitos quando se menciona a cooperação ecumênica se busca deixar muito bem claro de que conceito se trata. Considero cooperação, a partir de minha experiência no movimento

ecumênico, toda iniciativa que visa o apoio financeiro, de recursos humanos e/ou outra natureza para apoio da ação ecumênica de organizações da sociedade civil, sejam elas igrejas, movimentos sociais ou entidades ecumênicas de maneira geral. Muito embora seja um conceito amplo, mas necessário diante da especificidade e complexidade que envolve o tema. Aqui cabe apenas sinalizar os parâmetros que se tem em conta. Maiores detalhamentos serão explicitados ao longo do texto.

Para contextualizar e situar o tema principal ao longo do texto será descrito, de maneira o mais sucinta possível, o itinerário da cooperação ecumênica ao longo dos anos desde o seu marco inicial até o século XXI com suas principais características. Essa tem sua trajetória marcada por muitas nuances ao longo da história iniciando pelo apoio a ação missionária-evangelística, passando pelo tema dos direitos humanos e mais recentemente trata do tema de desenvolvimento transformador que pressupõe o desenvolvimento com a lógica sustentável. Esse itinerário carrega muitos matizes que são importantes ao menos mencioná-los, dada a extensão e abrangência desta proposta, para a melhor compreensão da importância de seu objeto. Vários elementos explicitam, ênfases e opções realizadas pelas iniciativas de cooperação ao longo do tempo. Obviamente essas opções estavam e estão, em sua maioria, de acordo com a leitura da realidade a partir de um ponto de vista eurocêntrico.

1. Breve itinerário da cooperação ecumênica

1.1 Gênese da cooperação

A cooperação ecumênica está inserida em um contexto maior que é o movimento ecumênico que tem como marco recente no século XX com a realização da Conferência Missionária Internacional, na cidade de Edimburgo, em 1910. Ela contou com a participação de pessoas vindas das agências missionárias oriundas da Europa e dos Estados Unidos:

Nela se revelou a busca de caminhos de cooperação entre as sociedades missionárias e de minimização do escândalo da divisão. A conferência contribuiu também na ultrapassagem dos interesses institucionais limitados e imediatos e tornou-se marco no processo de afirmação da missão como desejo redentor de Deus e natureza do ser Igreja. O tema geral foi: “A evangelização do mundo nesta geração...” (CUNHA, 2010, p.106)

Como decorrência dessa conferência surgem iniciativas que merecem destaque: Revista Internacional de Missão, em 1912 e o Conselho Missionário Internacional em 1921.

É importante destacar, além das iniciativas mencionadas, aquela que está diretamente vinculada ao contexto da cooperação ecumênica, a qual no início do séc. XX era chamada Aliança Mundial para a Promoção da Amizade Internacional. Essa iniciativa começou a partir de uma articulação de lideranças cristãs, britânicas, alemãs e estadunidense com o objetivo de promover a paz e a justiça por meio de intercâmbio entre igrejas cristãs na Europa - Católica Romana, Luterana, Quaker e Anglicana - que se encontravam e debatiam questões do cotidiano (LOSSKY, 2002, p.691, 1217). Em 1914 essa articulação teve caráter mais abrangente e se transformou no movimento mundial chamado Vida e Ação ou Vida e trabalho, como alguns traduzem o qual foi um dos fundadores do Conselho Mundial de igrejas (CMI). Sua primeira conferência mundial se realizou em Estocolmo em 1925 e depois em Oxford 1937.

Outra iniciativa que merece menção é a Ajuda Inter-eclesiástica criada em 1919 sob a direção de um pastor suíço Adolfo Keller. Esta será posteriormente integrada a uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas em formação por meio de uma reunião realizada em 1942 o que ficou conhecido como o Departamento de Refugiados e Ajuda Inter-eclesiástica constituído em 1945 que se desdobrou na Divisão de Ajuda Inter-eclesiástica, Refugiados e Serviço Mundial em 1960 (LOSSKY, 2002, p.583-584). O objetivo da Ajuda Inter-eclesiástica era “a reconstrução das igrejas e a restauração de comunidades cristãs mais afetadas pela guerra”² (COTO, 1997, p.22). Muito importante destacar o que o próprio autor destaca do termo inter-eclesiástico a partir de duas vertentes: ajuda para as próprias igrejas entre si e de maneira articulada para várias iniciativas de distintas naturezas na sociedade. (COTO, 1997, p.23). Esse elemento é importante destacar para o objetivo que se pretende neste artigo de se caracterizar como cooperação ecumênica.

1.2 Cooperação ecumênica, o combate a fome e o desenvolvimento

Se no início da cooperação ecumênica objetivo principal do período entre guerras era a promoção da paz e da justiça em meio a enormes conflitos que geraram duas guerras mundiais no pós-guerra o objetivo era reconstruir e, mais do que isso, desenvolver os países devastados pelas guerras. Agora a década de 50 era uma nova etapa: “a época do desenvolvimento”³ (COTO, 1997, p.23). Portanto, nesse contexto os países envolvidos nas guerras mundiais já haviam alcançado, de maneira razoável, a paz entre eles e era necessário

² Era la reconstrucción delas iglesias y la restauración de las comunidades cristianas más afectadas por la guerra.

³ La época del desarrollo.

redirecionar as energias e concentrar-se na fome e no subdesenvolvimento de países que padeciam desse mal. Estes países estavam localizados principalmente na América Latina, Ásia e África.

Este novo momento fez brotar novas reflexões posicionamentos por parte do já consolidado Conselho Mundial de Igrejas principal articulador da cooperação ecumênica que troca claramente a ênfase da reconstrução para o combate à fome (COTO, 1997, p. 28). Nesse contexto surgem uma grande quantidade de agências e escritórios confessionais para o combate da fome que era fruto de desigualdades sociais no que se começava a chamar Terceiro Mundo. Coto (1997) enumera 35 agências de cooperação ecumênica nesta época. Muitas delas ainda permanecem atuando na América Latina até os dias atuais e possuem um papel fundamental na ação ecumênica.

1.3 A cooperação ecumênica e as rápidas transformações sociais

Um pouco mais adiante, na segunda metade da década de sessenta, se consolida a segunda fase do que se pode chamar a terceira era da cooperação ecumênica, qual seja, a promoção do progresso e desenvolvimento frente às rápidas transformações sociais. Na Conferência Mundial de Igreja e Sociedade promovida pelo CMI em 1966 em Genebra o encaminhamento principal foi o de que essa tendência começa em 1954 com a Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas que teve como tema: Cristo - a esperança do mundo. Das suas 6 sessões trabalho uma contemplava o tema da responsabilidade social das igrejas no contexto mundial (LOSSKY, 2002, p.1232-1233). Esse movimento da cooperação ecumênica de tratar os temas das transformações sociais teve grande repercussão na América Latina onde surgiu a Junta de Igreja e Sociedade, em 1961, que tinha grande apoio de recursos, principalmente financeiros para o seu funcionamento.

Nesse período em que ocorrem processos revolucionários na América Latina⁴, este continente teve grande destaque e protagonismo tanto da cooperação ecumênica, quanto do movimento ecumênico como um todo. Na década de 60 e 70 as conferências e eventos ecumênicos tinham os ouvidos bem abertos às reflexões que as lideranças ecumênicas latino-americanas produziam, bem como estavam atentos às suas ações articuladas. Há clara sintonia e o financiamento de muitas iniciativas ecumênicas em solo latino-americano que, em certa medida, se torna referencial para o departamento de Igreja e Sociedade do CMI (CMI, 1985) e

⁴ Como, por exemplo, os que ocorreram no Brasil, Cuba e Peru.

sua atuação no contexto mundial.

Para encerrar o ciclo deste itinerário vale destacar que a última época do período que o presente artigo se dedica é aquela em que a cooperação ecumênica ficou sob a coordenação de uma iniciativa do CMI que se chamou Compartilhar Ecumênico de Recursos (CER). Essa iniciativa surgiu a partir do debate realizado na 5ª Assembleia do CMI (Nairobi, 1975). Posteriormente foi realizada uma importante Consulta em Glion, Suíça em 1982, que produziu o documento que serviu de base para aprovar o programa CER, na 6ª Assembleia do CMI (Vancouver, 1983), (FE-Brasil, 2006, p.20).

Essa nova fase se caracterizou pela “coordenação e o incremento da cooperação inter-eclesiástica no que se refere ao Testemunho, à Missão cristã e ao serviço comum entre as Igrejas e destas com relação ao entorno social em que se encontram inseridas” (FE-Brasil, 2006, p.18).

Para deixar claro os novos parâmetros da cooperação foram realizadas pelo seu principal articulador, o CMI; duas Conferências Mundiais para explicitar o novo *modus operandi* do principal articulador da cooperação ecumênica: “A primeira aconteceu em Larnaka (Chipre), em 1986, e teve por temática “Diakonia 2000: chamados a ser próximos”, e a segunda em El Escorial (Espanha), no ano seguinte, tendo por tema “Koinonia – Compartilhar a vida numa comunidade mundial” (FE-Brasil, 2006, p.20).

Decorrente desse processo inicia na América Latina a articulação do CER sob a sigla de FOCER (Fórum Regional do Compartilhar Ecumênico de Recursos), o qual foi fruto de um processo de avaliação da caminhada do CER no Brasil e que posteriormente a 8ª Assembleia do CMI este e o Conselho Latino Americano de Igrejas se reúnem para inaugurar CER para a América Latina. Este processo encerrou a

“relação unilateral com o CMI ao incorporar novos protagonistas na sua condução. Esta nova estrutura do Compartilhar Ecumênico de Recursos, ao mesmo tempo em que acumula a experiência e os processos do antigo Grupo Regional, abre-se aos novos desafios da Missão da Igreja no Continente, da nova conjuntura sociopolítica e cultural da região e das novas condições que caracterizam os processos de cooperação internacional. Do ponto de vista da coordenação e da administração, o Focer passa a ser conduzido pelo Clai em estreita comunicação com a Secretaria para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas.” (OLIVEIRA, 2006, p. 23-24)

Até o recorte temporal final do presente artigo esta articulação é a principal instância de coordenação da cooperação no Brasil sob a sigla FEACTBR (Fórum Ecumênico

ACT Brasil). Esta sigla foi adotada a partir de 2011 pelo fato de que a cooperação ecumênica passa por uma importante mudança, pois o CMI deixa de exercer o seu papel de grande articulador passando para uma articulação apoiada por ele e a Federação Luterana Mundial que a partir de duas iniciativas ACT (Ação Conjunta das Igrejas) Internacional criada na década de 90 e ACT desenvolvimento, criada em 2007. A primeira se concentrava sob a bandeira da ação humanitária em diversas situações de calamidades e a segunda com tema do desenvolvimento. Ambas se fundiram no ano de 2009 e formaram a ACT Aliança: “Ação Conjunta das Igrejas – é uma aliança mundial de igrejas membros e agências relacionadas do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Federação Luterana Mundial (FLM) comprometidas a trabalhar ar ecumenicamente” (Aliança ACT, 2009, p.2).

A partir desta nova configuração a cooperação ecumênica passa a funcionar no início do século XXI e buscará formar em todos os países de sua atuação Fórum de articulação ecumênica reunindo igrejas, movimentos, e escritórios nacionais das agências de cooperação para articular e coordenar a todas as iniciativas ecumênicas. Entre os objetivos dessa Aliança, quando ocorreu sua fundação, se pode destacar os seguintes:

Dedicar-se a programas de desenvolvimento transformacional de alta qualidade e eficiência que contribuam a uma mudança positiva na vida das pessoas; responder rápida e eficazmente a emergências humanitárias para salvar vidas, aliviar sofrimento e apoiar comunidades; trabalhar conjuntamente em programas de redução de riscos de desastre, preparação para emergências e reabilitação e reconstrução pós-emergência; trabalhar e fazer incidência conjunta em prol de mudanças nas estruturas e sistemas que empobrecem e marginalizam as pessoas, com particular atenção às necessidades das mulheres e outros grupos vulneráveis; participar ativamente em debates nacionais, regionais e internacionais para fazer incidência por uma mudança positiva para os povos pobres e marginalizados. (Aliança ACT, 2009, p.3-4)

Deste breve resumo da nova conformação da cooperação ecumênica por meio da Aliança ACT se pode perceber os novos contornos de sua missão, a qual se concentra claramente em três eixos de atuação: Ajuda Humanitária, desenvolvimento transformador e a incidência pública (advocacy). São novos tempos e há uma nova compreensão da cooperação, o que torna claro que ao longo da história muitas ênfases e mudanças foram ocorrendo, mas desde o princípio a cooperação ecumênica, de diversas maneiras esteve e permanece engajada na afirmação, promoção e defesa de direitos. A grosso modo dois dos principais eixos permanecem, mas com nova interpretação contextualizada a nova realidade da sociedade no século XXI. Mais especificamente o que se verá a seguir é uma síntese da tipificação da cooperação ecumênica e de dados estatísticos para melhor entendimento.

2 Tipificação da Cooperação Ecumênica

Segundo Biekart (1994), há diversas maneiras de se tipificar a cooperação. O autor faz uma detalhada classificação, mas para cumprir o objetivo do presente artigo será utilizado Coto (1997), pois ele prefere simplificar e classificar as agências de cooperação ecumênica a partir de duas categorias: origem institucional e origem de fundos. O que se fará a seguir é um apanhado do mesmo a partir do último autor citado para melhor compreensão.

A primeira classificação se relaciona pela sua origem. Elas somam 4 tipos.

Eclesiástica. Esta é caracterizada quando sua origem está vinculada em alguma igreja dentro do marco de sua ação social diacônica⁵ a partir do período entre guerras do século XX. Estão dentro da estrutura organizacional das igrejas que integram. A origem de seus fundos vem da arrecadação das comunidades locais ou suas instituições religiosas ou campanhas legitimadas por sua hierarquia eclesiástica. Geralmente cooperam com igrejas e ou iniciativas que as envolvem ao redor mundo.

Eclesial. Esta não tem vínculo direto com uma igreja específica, mas possui uma vinculação confessional delimitada. Ela é composta de pessoas que representam necessariamente as igrejas cristãs e parte ou a totalidade de seu corpo diretivo é formada por pessoas oriundas de estruturas eclesiásticas.

Ecumênica. É semelhante a anterior, pois possui caráter religioso, porém a composição de seus membros⁶ pode ser de entidades eclesiásticas e/ou pessoas vinculadas a elas. O principal diferencial é sua identidade ecumênica declarada de maneira explícita como autoentendimento.

Organização não Governamental (ONG). Esta nomenclatura na atualidade e no Brasil já não é muito aceita e difundida, mas se opta por usar Organização da Sociedade Civil (OSC). Esta não tem vinculação religiosa ou político-partidária direta. São principalmente organizações que se dedicam a implementar políticas públicas e ou por necessidades concretas e a defesa de direitos. Não há vinculação com igrejas e são formadas por pessoas de maneira individual independente de sua pertença religiosa. Houve um grande surgimento

⁵ Por esta ação se entende toda a obra de caridade e auxílio às pessoas em busca de uma vida digna por parte das igrejas cristãs.

⁶ Em geral as agências de cooperação são formadas por um conjunto de pessoas que são chamadas de membros. Elas podem representar suas igrejas de origem que são as que compõem as mesmas agências ou representaram outras organizações eclesiásticas ou não.

desse tipo de organização nas décadas de 80 e 90 do século XX ao redor na América Latina a partir da mudança de foco da cooperação ecumênica. O universo deste tipo é o mais amplo e diverso desde aquelas criadas pela iniciativa privada por meio de fundações e associação para dar conta de sua responsabilidade social, Outra é por meio de partidos políticos para difundir sua ideologia por meio de pesquisas e articulações nacionais e internacionais. Também podem ser criadas a partir de demandas sociais claras de necessidades a serem supridas. São também conhecidas como organizações sem fins lucrativos.

Outra maneira de classificar é pela origem de fundos. Há seis maneiras de classificar.

Ofertas, coletas e campanhas. Estas são características de organizações que depende da generosidade de membros de igrejas que doam recursos majoritariamente financeiros para a cooperação. Muito comum na Europa é a doação quaresmal, prática realizada a partir da década de 60.

Campanhas da Sociedade Civil. Conduzida por igrejas ou grandes fundos do sistema ONU (Organização das Nações Unidas) ou outras organizações internacionais ambientais humanitárias e etc. É uma forma de arrecadação livres de vínculos diretos em um ambiente muito propício para a solidariedade criado pelas Organizações da Sociedade Civil, principalmente na Europa. Essa atitude é fruto de uma consciência cidadã desenvolvida pelos meios de comunicação em massa, bem como de maneira pessoal nas ruas por meio de voluntárias e voluntários.

Fundos Estatais. Os governos europeus cultivam fortemente esse hábito de separar uma parte de seu orçamento para a solidariedade principalmente governos marcados pela ideologia social e socialdemocrática muito presente na Europa. Inclusive havia a destinação direta de acordo com a declaração de confessionalidade das pessoas quando de seu ajuste fiscal com o Estado. De acordo com sua declaração confessional o recurso era destinado a determinada igreja. Este era o exemplo da Alemanha que não existe mais. Muitas foram as articulações das ONU para que ocorresse, principalmente da década de 90 a destinação de recursos estatais para apoio ao desenvolvimento do que era chamado Terceiro Mundo.

Mistas. Essas combinam recursos próprios e estatais para levar a cabo os seus objetivos. Essa combinação se dá pelo fato de que sua arrecadação por meios próprios –

campanhas, fundos de igrejas, doação de várias espécies etc. – não capazes de dar conta de suas demandas a apoio de projetos e iniciativas dentro de seu escopo de atuação. Para ampliar sua atuação recorre, portanto a recursos estatais.

Fundos Financeiros. Estas tem vinculação direta com algum com a iniciativa privada por uma empresa de maneira individual ou por um grupo financeiro. A maneira mais comum é a fundação para dar conta de melhorar sua imagem social e ou cumprir com seu compromisso social, bem como para evitar pagamento de altos valores de impostos. Sua maneira de cooperar é, de maneira geral, mais restrita e controlada pelo fato da imagem da empresa estar vinculada.

Redes de coordenação. São redes que conformam várias agências de distintas origens para coordenar o apoio tanto em esfera mundial, continental ou nacional. Esse agrupamento fortalece e otimiza recursos (estruturais, financeiros e humanos para a eficiência da cooperação. Fato que se constatou é que muitas iniciativas de cooperação coincidiam em sua visão/missão, espectro de atuação tanto de valores como de espaço geográfico. Ao longo do tempo se percebeu a necessidade de melhorar a eficácia de gestão de recursos em meio às mudanças de conjuntura internacional.

Ao concluir este raciocínio percebe-se a gama ampla e vasta da cooperação. Estudos da cooperação na década de 90 apontavam que existiam 478 organizações que atuavam na América Latina (COTO, 1997). Isto demonstra a significativa presença da cooperação internacional na América Latina.

3 A importância da cooperação Ecumênica para os DHESCA's⁷

O que se pretende neste tópico é apresentar um conjunto de argumentações baseados em alguns dados de pesquisas e documentos para explicitar a importância da cooperação ecumênica para a atuação das OSC's no Brasil pela defesa de direitos.

Pesquisas no início da década de 90 davam conta de um montante próximo a US\$ 500 milhões para a cooperação Norte/Sul e desta US\$ 30 milhões destinados ao Brasil (HADDAD, 1997). Esses recursos foram distribuídos por diversas agências da cooperação

⁷ São os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA'S). No Brasil há uma plataforma que é fruto do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aberto á assinatura pela Organização das Nações Unidas – ONU em 16/12/1966 e que entrou em vigor em 03/01/1976. Visa a afirmação, promoção e defesa de direitos. Para saber mais, acesse: <http://www.plataformadh.org.br>.

ecumênica conforme tipificação já realizada anteriormente. Esses números demonstram o que se pode constatar em pesquisas recentes da participação desta cooperação. Em 2003 foi realizada uma pesquisa na qual se constatou que entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) aproximadamente 60% delas tinham na composição de seu orçamento financeiro ao mais entre 61% e 100% de recursos oriundos da cooperação internacional. Pode-se constatar a importância dos recursos desta cooperação para viabilizar as iniciativas de defesa de direitos (FGV, 2013).

Como já foi dito a cooperação ecumênica a partir de 2010 é coordenada pela Aliança ACT. Sua membresia é composta por Igrejas e Organizações Baseadas na Fé⁸ que juntas trabalham e estão presentes em 100 países para promover mudança positiva e sustentável na vida dos e das pobres e marginalizados e marginalizadas, independente de sua religião, gênero, orientação sexual, opção político partidária, etnia e nacionalidade valendo-se de maiores códigos de conduta, como por exemplo, o código de conduta internacional da Federação Internacional da Cruz Vermelha e da Meia Lua Vermelha. Conta com 140 membros espalhados por todos os continentes contando com um staff de 25.000 pessoas de maneira direta e indireta, entre funcionários sua estrutura própria e de seus membros. Mobiliza um orçamento de US\$ 1.5 bilhão de dólares por ano se concentrando nas áreas de ajuda humanitária, desenvolvimento e incidência. Seus escritórios regionais estão na Suíça, onde também está sua sede mundial, onde está a secretaria geral e o maior contingente de seu staff, Jordânia, Tailândia, El Salvador, Kenya e Nova Iorque. Somado a estes escritórios possui um em Bruxelas, na Bélgica como base de articulação de sua ação de incidência na União Europeia (Aliança ACT, sítio institucional).

Para destacar a importância e exemplificar a atuação desta cooperação se realizará, nas linhas que se seguem, um breve resumo das ações de defesa de direitos realizada pelas articulações ecumênicas no Brasil dentro do espectro das OSC's, do qual faz parte as entidades ecumênicas. Para dar relevo qualitativo aos números apresentados se mostrará a atuação a partir do FEACTION, Fórum Ecumênico ACT Brasil. Este fórum é a maior articulação ecumênica no Brasil, pois é membro, representante e principal articulador da cooperação ecumênica no Brasil. Ele é fruto do CER, que iniciou no Brasil em 1994 e que foi detalhado anteriormente. Em 2000, a partir da nova conjuntura brasileira, bem como da

⁸ São organizações que compõem o amplo espectro do movimento ecumênico formado por uma diversidade de entidades, tais como Conselhos de Igrejas, Entidades ecumênicas de serviço, Organizações de Ação Diaconal, Capacitação e Assessoria, Agências Ecumênicas etc.

cooperação ecumênica passou a se chamar Fórum Ecumênico e a partir de 2011, FEACTBR⁹. Ele no início de sua atividade na década de 90 se norteou por três eixos de atuação: Igreja e Sociedade, Processos Institucionais, Teológico/conceitual. Dentro deste contexto elegeu como um de seus elementos fundamentais tanto que elegeu o tema afirmação e promoção dos DHESCA's (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais) como elemento norteador de suas ações (FE Brasil, 2006, p.35). Para isso elaborou 11 teses com bases conceituais teológicas a relação entre o ecumenismo e os DHESCA's conforme segue:

Graça e paradigma do cuidado; princípio da valorização da diferença e condenação da desigualdade e da destruição da biodiversidade; princípio anti-idolátrico; princípio da valorização da dignidade humana; afirmação do imperativo ético da satisfação das necessidades básicas humanas como exigência da dignidade humana; afirmação do imperativo ético da solidariedade; imperativo ético da condenação da idolatria sistêmica do mercado – mercadolatria; imperativo ético da condenação da destruturação do sistema de direitos nos planos internacional e nacional; imperativo ético da condenação do modelo civilizacional egoísta e consumista; imperativo ético da condenação da intolerância religiosa como atentado à promoção dos direitos humanos; princípio teonômico da afirmação da fraternura solidária e cuidadosa com a biodiversidade, que inclui a dignidade humana. (OLIVEIRA, 2006, p.39-45)

Seus compromissos baseados em suas teses demonstram claramente a amplitude da práxis ecumênica e sua abrangência dentro dos espectros dos DHESCA's. Por meio de ações afirmativas de incidência e produção de conhecimento este Fórum sempre evidenciou sua opção pela vivencia ecumênica, buscando a unidade tridimensional a partir da unidade de pessoas que amam a vida em todas as suas formas, a todas as pessoas de fé e também entre aquelas que professam serem seguidoras de Jesus Cristo (IULIANELLI, 2013).

Outro aspecto relevante a ser mencionado do Fórum é a sua participação em uma plataforma de debate e articulação da cooperação ecumênica, o qual se chama PAD – Processo de Articulação e Diálogo. Ele foi criado em 1995, no mesmo espírito do CER, o qual já foi explicado anteriormente. Nele participam as agências ecumênicas e suas contrapartes no Brasil para a consecução dos objetivos, visão e missão de ambas as partes sempre em uma atitude convergência e diálogo por meio de redes promotoras de iniciativas com diversas OSC's. Como seu objetivo tem a afirmação e promoção de direitos por meio de incidência, atua a partir de três linhas de ação: produção de conhecimento, formação para a visibilidade e sustentabilidade e a incidência. Seu trabalho é coordenado por uma equipe intersetorial que representa o setor das organizações ecumênicas, agências ecumênicas,

⁹ A sigla ACT foi adicionada no ano de 2011 como consequência de aderir a estrutura da Aliança ACT (Action Church Together – Ação Conjunta das Igrejas)

movimentos sociais e ONG's. O FEACTIONBR é membro e representa o setorial ecumênico.

O que se pretende no que se segue é a amplitude e diversidade de atuação deste Fórum por meio de sua ação coletiva ou por meio das organizações que o compõem, as quais somam 23 organizações ecumênicas em diversas áreas de atuação. São várias iniciativas na área de incidência, afirmação de direitos e ajuda humanitária. O objetivo de apresentar estes exemplos é explicitar a importância da cooperação ecumênica em relação a afirmação e promoção de direitos, haja vista que a cooperação ecumênica é parceira tanto no apoio por meio de recursos, como parte fundamental que integra o planejamento e avaliação das iniciativas ecumênicas. Para não utilizar as várias siglas das organizações que compõem o Fórum não se utilizará as siglas particularmente da organização que coordena as iniciativas, mesmo porque no entendimento interno do próprio FEACTIONBR ele se sente contemplado, mesmo que não haja o envolvimento de seu coletivo de entidades.

4. Ações ecumênicas em favor dos DHESCA's

4.1 Direitos Humanos

Campanha Nacional do Desarmamento. Houve a participação ativa da articulação Nacional no Brasil desta Campanha, na produção de materiais e debate interno e externa em iniciativa de incidência.

Participação no Consea - Conselho de Segurança Alimentar e no FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional em esfera nacional e em diversos estados brasileiros. Importante iniciativa governamental que conexões com redes internacionais, entre elas, a principal, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a qual desenvolve suas ações principalmente na superação da fome e na produção sustentável e justa de alimentos.

Convênio com UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas desenvolve desde 2008 o “Programa de Educação Sexual e Saúde Reprodutiva” com oficinas de capacitação, Consultas, seminários de capacitação pessoas multiplicadoras. Trabalha com diversos subtemas entre eles sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Já produziu diversos materiais em eles dois manuais para serem trabalhados em espaços religiosos e da sociedade como um todo, uma cartilha, cujo título é “Igreja e Aids” para que o tema seja tratado dentro

das igrejas cristãs. Além disso, participa como representante das FBO's dentro do sistema ONU, inclusive participando como membro da equipe consultiva da Assembleia Geral Permanente da ONU. Fruto desse trabalho, muitas outras redes de atuação e iniciativas surgiram.

4.2 Direitos Econômicos

Capacitação na área da ação diaconal das igrejas desafiando-as refletir sobre a economia solidária para além das ações assistenciais clássicas. Com a produção de materiais e debate de temas como justiça climática, justiça socioambiental, integração econômica, buscando estabelecer pontes entre a Igreja e sociedade e Teologia e Economia com várias consultas e processos.

4.3 Direitos Sociais

Na área dos direitos sociais iniciativas como encontros nos movimentos sociais de luta pela moradia, bem como assessoria ao acesso à informação e capacidade organizativa para a busca e o exercício de direitos.

Participação na Plataforma para um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. Há aproximadamente mais de duas décadas as OSC's vem desenvolvendo esforços para a melhoria das condições de vida das pessoas, para consolidação de uma sociedade mais justa, entre outras frentes. Dentro do processo eleitoral de 2010, um conjunto de OSC's propôs uma agenda comum para as pessoas candidatas à presidência do Brasil. Ela “destaca o papel das organizações da sociedade civil como patrimônio social brasileiro e pilar de nossa democracia. Os integrantes reivindicam uma política pública de fomento à participação cidadã por meio de organizações sociais autônomas” (Documento de formação). Fazem parte desta plataforma 74 organizações da sociedade civil e 18 redes de articulação. A partir de 2011 esta plataforma foi reconhecida pelo governo federal como interlocutor legítimo e protagonista para a afirmação e promoção de direitos em diversas áreas. Foi criado um grupo de trabalho facilitador com membros da estrutura do governo federal e membros da sociedade civil. Pelo grupo das religiões o FEACTBR se faz representante deste grupo cujo principal objetivo é incidir, reivindicar e propor alterações na legislação brasileira a fim de melhorar, viabilizar a atuação de protagonismo das OSC's na condição de parceira e ou executora de políticas públicas em uma relação justa e adequada

com o Estado brasileiro, bem como diminuir a burocracia e propiciar condições favoráveis para a livre iniciativa de criação e sustentabilidade das OSC's.

Participação na Plataforma a Reforma Política. Foi criada a partir de 2005 e reúne diversos atores sociais (redes, fóruns, movimentos e articulações) de diversas áreas. Seu principal objetivo é fortalecimento da participação cidadão por meio de mecanismos de amplo debate da participação e controle social do Estado brasileiro. Seus eixos de atuação envolvem a questão política de maneira ampla, para além das questões partidárias e eleitorais na direção da defesa do interesse público. O seu documento de constituição e debate (2007, p. 12) explicita melhor o seu objeto de atuação: “A Reforma Política que defendemos visa à radicalização da democracia, para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade, fomentar a participação cidadã”. Como elementos norteadores de sua ação/articulação estão os seguintes eixos: fortalecimento da democracia direta, fortalecimento participativa, aprimoramento da democracia representativa sistema eleitoral e partido políticos, democratização da comunicação e informação, transparência no poder judiciário. Duas conquistas recentes em que contou com a participação dessa plataforma foram a aprovação da lei da ficha limpa e do fim do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais.

4.4 Direitos culturais

Processo sobre a liberdade religiosa no Mercosul. A partir de 2009 ocorreu a mediação sobre o debate da igualdade religiosa. Houve a criação de um observatório sul-americano sobre o tema.

Iniciativas de superação da intolerância religiosa. O direito ao livre exercício da religiosidade seja ela qual for é um tema muito caro na direção de alcançar a liberdade religiosa, livre de discriminação e preconceito. Nesta direção há a participação no Comitê da Diversidade Religiosa da Secretaria dos Direitos Humanos na consecução de seus objetivos.

4.5 Direitos Ambientais

Participação da coordenação da Cúpula dos Povos. Este foi o grande fórum de atuação e debate dos temas ambientais, o qual estabeleceu um contraponto à Conferência da ONU Rio +20, “O mundo que queremos”. Ela foi de participação ampla de inúmeras

convergências e confluências de diversos atores sociais.

Foi o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.” (Declaração final da cúpula dos povos na Rio+20)

Além disso, publicações, seminários e outras ações que envolvem temas como: as mudanças climáticas, justiça socioambiental são desenvolvidas.

Considerações finais

Diante do apresentado quero destacar dois elementos: a importância e protagonismo das OSC's e da cooperação ecumênica em relação aos DHESCA's.

As organizações da sociedade civil (OSC's) são atores fundamentais e protagonistas para o fortalecimento da democracia e a solidificação de uma sociedade mais justa e igualitária, pois há muitos elementos que, se não pelas forças da organização social, a própria sociedade não obterá êxito em ações afirmativas de direito. Por outro lado, o Estado por meio de suas instâncias de governo, não é capaz, por seus próprios meios, de dar conta das demandas que a sociedade apresenta. É necessário uma força auxiliar com capilaridade e especificidades necessárias para a implementação de políticas públicas necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente no que tange os DHESCA's. São experiências acumuladas em ambientes mais propícios, como por exemplo, o cotidiano da militância nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que a burocracia estatal nem sempre possui a flexibilidade e agilidade de fazer frente com às urgências de sua realidade. A proximidade da vivência das OSC's com suas ausências e carências possibilita maior capacidade de analisar as necessidades e propor soluções, pois estão presentes no processo e/ou são sujeitas a elas. Além disso, são interlocutoras legítimas da sociedade com valiosa contribuição e reconhecimento social não só em âmbito nacional, bem como internacional. Este fato é verificável pelo apoio da cooperação internacional.

Em outra frente, por meio do reconhecimento das OSC's por parte da cooperação ecumênica fica evidenciado o papel capital do desenvolvimento transformador na afirmação e promoção de direitos no diálogo dialético entre a sociedade civil e o Estado entre

tensões e convergências para que todas as formas de vida tenham melhores condições em busca de uma convivência harmoniosa para que possamos viver em um planeta plenamente possível, viável, sustentável para todos e todas que o ocupam.

Por fim, se está consciente que certos temas talvez necessitem de um maior aprofundamento de análise e serem debatidos em sua totalidade, mas tal tarefa escapa do escopo e objetivo deste artigo. Um exemplo disso é o novo direcionamento geosocial da cooperação ecumênica e as alternativas encontradas para contornar essa situação. Este é o fenômeno referente à mudança de prioridade de destinação de envio de recursos das agências de cooperação. Nos últimos anos as agências de cooperação tem priorizado seu apoio para a Ásia e principalmente África, pois existe a concepção de que os países latino-americanos, especialmente o Brasil tem avanços na direção da diminuição das desigualdades e da superação da pobreza e a fome. Este fenômeno tem gerado dificuldades de viabilidade e sobrevivência das organizações da sociedade civil, especialmente as organizações ecumênicas que são dependentes em grande parte da cooperação ecumênica. Debates, eventos estão ocorrendo para refletir, bem como publicações sobre essa nova realidade. A decisão das agências ecumênicas de priorizar os países dos continentes mencionados tem diminuído drasticamente o apoio para as OSC's na América Latina e em alguns casos a situação é mais grave ainda, pois o corte foi total. Muitas organizações deixarem de existir e dar sua contribuição na promoção da dignidade humana. Outras estão buscando alternativas junto a iniciativa privada ou fundos governamentais. De qual quer maneira este fenômeno tem afetado muito a existência e a operacionalidade das OSC's que sobreviveram aos novos tempos diminuindo sua efetividade em seus campos específicos. Há algumas previsões pouco otimistas que apontam o provável desaparecimento deste importante ator da sociedade. Isso teria consequências sumamente negativas, haja vista que o Estado, por meio de políticas públicas, não tem a capacidade e nem a capilaridade que essas organizações possuem na promoção, defesa e garantia dos DHESCA's.

Referências

- BATISTA, Israel. *Desafios eclesiais e missionários da cooperação: Diálogo entre as igrejas da Europa e América Latina*. Quito; São Leopoldo: CLAI; Sinodal, 2007.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas (org). *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

- BIEKART, Kees. *La Cooperación No-gubernamental Europea hacia Centroamérica*. San Salvador: PRISMA, 1994.
- BITTENCOURT Filho, José; RIBEIRO, Cláudio de Oliveira (organizadores). *Por uma Teologia Latino-Americana*. São Paulo: Paulinas, 1996. (Coleção Caminhos do Diálogo).
- COTO, Anastácio Gallego. *Bases para una Teología de la Cooperación EcuMénica*. Quito: CLAI, 1997.
- CUNHA, Magali Nascimento. Quero Trazer à Memória o que me Traz Esperança. Movimento EcuMênico: Avaliação e Perspectivas. *Numen*. V.13.No. 1-2, p. 103-135, 2010.
- FGV. *Pesquisa arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil: Relatório Final Eixo Cooperação Internacional*. São Paulo: FGV, 2013.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- HADDAD, Sergio. Caminhos da institucionalização: cooperação internacional, Estado e filantropia. São Paulo: CEBRAP. *Cadernos de Pesquisa*, n 11 6, abril de 1997.
- IULIANELLI, Jorge Atílio (org). *Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador*. Rio de Janeiro: KOINONIA-Presença EcuMênica e Serviço, 2009.
- JAIME, Pedro. Conexões transnacionais: redes de advocacy, cooperação norte-sul e as ongs latino-americanas in *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. nº 1 (2. sem. 95). Niterói: EdUFF, 1995. p.103-126.
- LOSSKY, Nicholas [et al] [ed.]. *Dictionary of the ecumenical Movement*. Geneva: WCC Publications, 2002.
- Oliveira, Rafael Soares. *Ecumenismo, direitos humanos e paz*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2006.
- SOUZA, Darli Alves de. *As comunidades protestantes e o Congresso do Panamá: um estudo do envolvimento das comunidades locais no movimento ecumênico nas primeiras décadas do século XX*; orientação de Lauri Emilio Wirth. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002.

Fonte Documental

ALIANÇA ACT. Documento Fundacional. 2009.

Sítios da internet

<http://plataformaosc.org.br/>. Acesso em 22/05/2016.

www.actalliance.org. Acesso em 21/05/2016.

<http://www.acaoeducativa.org.br/opa/opa02.html>. Acesso em 14/04/2016.

http://www.religioesporDireitos.blogspot.com.br/p/quem-somos_29.html. Acesso em 14/04/2016.

http://www.plataformadh.org.br/files/2014/02/publicacao_relatorias_2005.pdf. Acesso em 14/04/2016.

http://www.plataformadh.org.br/files/2014/02/publicacao_relatorio_2003.pdf. Acesso em 14/04/2016.

http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo_ecumenico/projeto_de_carta_ecumenica_para_a_cooperacao_das_igrejas_na_europa.html. Acesso em 15/04/2016.